



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Jane das Dores
Guimarães Oshiro
E-mail:
janegoshiro@hotmail.com
Instituição: Sem afiliação

Submetido: 01/07/2020
Aprovado: 21/07/2020
Publicado: 17/12/2020

[doi>](#)

e-Location: e020057
ISSN: 1676-2584



Distribuído
Sobre



O COMPÊNDIO GEOGRAFIA PARA QUARTA SÉRIE SECUNDÁRIA (1938) DE AROLD DE AZEVEDO SOB A PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO¹

  Jane das Dores Guimarães Oshiro²

  Carla Villamaina Centeno³

RESUMO

Este trabalho analisa o compêndio intitulado **Geografia**, 6^a edição (1938), destinado à quarta série secundária, de autoria de Aroldo de Azevedo. Objetivamos apreender o papel desempenhado por essa obra no ensino secundário. Para tanto, elegemos como categoria central a organização do trabalho didático, formulada por Gilberto Luiz Alves. No que se refere à metodologia, procedemos à revisão bibliográfica de trabalhos sobre a formação intelectual, experiência profissional e produção literária de Aroldo de Azevedo e de estudiosos da área da História da Educação e da legislação educacional pertinente. Verificamos que a obra analisada se trata de um compêndio, precisamente de um compêndio em transição, pois certas características evidenciam a aproximação com o manual didático.

PALAVRAS-CHAVE: Organização do trabalho didático. Compêndio. Ensino de geografia. Manuais didáticos.



**THE GEOGRAPHY COMPENDIUM FOR FOURTH SECONDARY SERIES (1938)
BY AROLDO DE AZEVEDO UNDER THE PERSPECTIVE OF DIDACTIC
ORGANIZATION**

Abstract

This essay consists of analyzing the schoolbook entitled: Geography - 6th edition (1938), aimed at the 4th grade of the secondary school, written by Aroldo de Azevedo. The main objective is to check whether the book is, in fact, a compendium or a didactic book. Therefore we elected as analysis base Gilberto's Luiz Alves didactic books organization. The methodology involved a bibliographical review of the mentioned work, authors who have explored Azevedo's works, History of Education researchers and relevant educational legislation. The analyzed work was verified as a compendium, accurately a compendium in transition due to certain characteristics that allow its approximation to didactic materials.

Keywords: Didactic organization. Compendium. Geography teaching. Textbooks.

**EL COMPENDIO DE AROLDO DE AZEVEDO GEOGRAFÍA PARA LA CUARTA
SERIE SECUNDARIA (1938) DE AROLDO DE AZEVEDO DESDE LA
PERSPECTIVA DE LA ORGANIZACIÓN DEL TRABAJO DIDÁCTICO**

Resumen

Este trabajo analiza el compendio titulado Geografía, sexta edición (1938), para la cuarta serie secundaria, escrita por Aroldo de Azevedo. Nuestro objetivo es comprender el papel desempeñado por este trabajo en la educación secundaria. Para ello, elegimos como categoría central la organización del trabajo didáctico, formulada por Gilberto Luiz Alves. Con respecto a la metodología, se procedió a una revisión bibliográfica de trabajos sobre capacitación intelectual, experiencia profesional y producción literaria por Aroldo de Azevedo y por académicos en el área de Historia de la Educación y la legislación educativa pertinente. Verificamos que el trabajo analizado es un compendio, precisamente un compendio en transición, ya que ciertas características muestran la aproximación con el manual didáctico.

Palabras clave: Organización del trabajo didáctico. Compendio. Enseñanza de geografía. Manuales didácticos.



INTRODUÇÃO

Nesse estudo analisou-se a obra didática **Geografia para quarta série secundária**, 6ª edição (1938), editado pela Companhia Editora Nacional, de autoria de Aroldo de Azevedo, catedrático de Geografia do Brasil na Universidade de São Paulo, cuja produção intelectual situa-se entre os anos de 1934 a 1974.

O objetivo principal é verificar qual papel exercia a obra, sob a perspectiva de Alves (2005) acerca dos instrumentos didáticos, especialmente compêndios e manuais didáticos na escola moderna e contemporânea.

Aroldo Edgard de Azevedo nasceu na cidade de Lorena (SP), no dia 3 de março de 1910. Segundo Santos (1984, p. 10), seu pai Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo descendia de um parlamentar da “[...] época da política do ‘café com leite’ - destaque das oligarquias rurais paulistas e mineira no cenário político nacional.” (SANTOS, 1984, p. 10). Em 1931, o autor obteve o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e, em 1936, ingressou no Departamento de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que teve sua origem em 1934. (CONTI, 1976).

Formou-se em 1939 e em seguida recebeu o convite para lecionar nessa Faculdade. Foi também professor do curso secundário por muitos anos, em várias escolas “de elite” de São Paulo, como, a “*Des Oiseaúx*”, Nossa Senhora de *Sion* e Colégio Universitário da USP (Universidade de São Paulo). Ensinou Geografia para o curso superior, na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, “*Sedes Sapientae*” e Universidade Católica de Campinas. (SANTOS, 1984, p. 9).

Publicou diversos livros didáticos e foi reconhecido pelo trabalho prestado à educação brasileira, conforme descrito por Ab’Saber (1950, p. 585):

[...] trabalhos didáticos semelhantes ao do prof. Aroldo de Azevedo são extremamente importantes para a renovação do ensino no Brasil, ao mesmo tempo uma forma de contribuição das imediatas e efetivas, [...], para o aprimoramento do nível cultural do nosso ensino secundário.

As obras do autor e intelectual Aroldo de Azevedo, atravessaram os distintos períodos da geografia brasileira e, portanto, são frutos de cada fase desta ciência.

Aroldo de Azevedo, em sua produção acadêmica (1934-1974), publicou um total de 127 textos, sendo 97 de nível superior. São comentários, artigos, livros e coletâneas, das quais 93 tratam de questões sociais e de geografia humana propriamente dita (aspectos urbanos, regionais e históricos). Destes, 30 são obras didáticas para o ensino médio. (SANTOS, 1984). Somente uma obra didática denominada **O mundo que nos rodeia**, vendeu mais de 12 milhões de exemplares. (CONTI, 1976, p. 32).



Azevedo publicou livros e artigos de elevado interesse para o país, como **A cidade de São Paulo - Estudos de Geografia Urbana (1956)**, publicada pela Cia. Editora Nacional. (LENCIONE, 2012). Por ela, mereceu o Prêmio Jabuti conferido pela Câmara do Livro de São Paulo. Foi um dos fundadores do Boletim Paulista de Geografia, exercendo o cargo de diretor de 1949 a 1961 e também fundou o Instituto de Geografia da USP, sob sua direção de 1963 a 1967. Foi quem elaborou, nos anos 1940, a primeira classificação das unidades de relevo do Brasil que viria a se tornar dominante, classificação que perdurou hegemônica por 18 anos. (LENCIONI, 2012, p. 47).

Foi um dos primeiros autores a elaborarem livros para o ensino de Geografia, no Brasil. Iniciou uma produção literária, com referência teórica e aplicada, que vem se juntar ao “largo trânsito das obras da geografia clássica europeia”, aponta Barbosa (2010). Os autores referenciados por Azevedo são: Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Emmanuel De Martonne, Roger Dion, Le Lannou, Pierre Gourou, Louis Papy, Francis Ruellan, entre outros. Criaram a geografia brasileira de cunho descritivo, mecanicista e funcionalista que inspirou uma ciência objetiva e “neutra”. (SANTOS, 1984). De acordo com o autor, nesse tipo de produção, particularmente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro se destaca Aroldo de Azevedo. (SANTOS, 1984).

Para o exame da obra, reportamo-nos às leituras sobre as formas históricas da organização do trabalho didático na escola moderna, analisadas por Alves (2005) e sobre o papel dos instrumentos didáticos para a educação escolar, especialmente dos compêndios e dos manuais didáticos.

Os estudos de Gilberto Luiz Alves, concernentes à organização do trabalho didático, são ancoradas na ciência da história e nos estudos marxistas. Nessa perspectiva, privilegia-se o processo histórico das relações educativas, com ênfase nas características veiculadas nos textos didáticos, assim como na função que adquirem na educação escolar.

Alves (2005) trata das formas históricas do trabalho didático, desde a educação antiga até a contemporânea, passando pela escola moderna. Segundo ele, a organização de qualquer forma de trabalho didático possui três dimensões: a relação educativa do professor com o aluno; os instrumentos técnico-pedagógicos e conteúdos programáticos e o espaço físico onde ocorre, dotado de especificidades próprias. (ALVES, 2005, p. 10-11). A natureza de nosso objeto, o texto escolar, corresponde a segunda dimensão do trabalho didático pensada por Alves, em que estão inseridos os instrumentos técnicos-pedagógicos e da qual nos apropriamos. Também subsidiam nossa investigação autores que elegeram a categoria organização do trabalho didático de Alves para fundamentar suas pesquisas, como Centeno (2013) e Brito (2010, 2015).

O contexto, no qual Aroldo de Azevedo escreve a referida obra, compreende uma fase de mudanças no processo histórico da sociedade brasileira, da área educacional e consequentemente da legislação, obrigando os autores a abandonar a produção de compêndios para produzir livros mais simplificados, os manuais didáticos.



No Brasil, segundo estudos de Centeno (2013) e Alves (2015) sobre compêndios da área de história, no período situado entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, alguns autores ainda resistiam à simplificação de suas obras.

Conhecendo a trajetória de Azevedo e de seu papel na educação brasileira surge uma questão: ele acompanhou as mudanças históricas simplificando suas obras? Ou resistiu a elas, produzindo manuais didáticos mais simplificados?

Dado os limites desse artigo, optamos pela análise de apenas uma de suas obras.

Como metodologia, procedemos a uma revisão bibliográfica de trabalhos sobre a formação intelectual, experiência profissional e produção literária de Aroldo de Azevedo. Obtivemos quantidades de trabalhos significativos percorrendo sobre “vida e obra” do autor, de uma maneira geral. Aqueles que propuseram análises de obras específicas conduziram à análise de conteúdo.

Dividimos esse artigo em quatro partes. A primeira, expõe as contribuições de Aroldo de Azevedo para o ensino de Geografia, segundo a historiografia. A segunda faz uma abordagem sobre o processo de organização do trabalho didático e sobre a produção de instrumentos didáticos, a exemplo o uso de compêndios e manuais didáticos na escola moderna, conforme Alves (2005, 2006, 2015). A terceira parte, descreve o ensino de Geografia no Brasil na década de 1930 - contexto de inserção da obra do autor e a legislação que orientava o mercado de livros didáticos. A quarta parte, a análise de nosso objeto: **“Geografia” para a quarta série secundária** (1938).

O AUTOR E SUA OBRA, SEGUNDO OS ESTUDIOSOS DA ÁREA

Segundo Conti (1976, p. 32), ainda durante sua graduação em 1936, Aroldo de Azevedo escreveu sua primeira obra intitulada **Geographia** para primeira série ginásial, editada pela Companhia Editora Nacional, com uma tiragem de 10.000 exemplares. A partir daí, o autor passou a escrever livros para todas as séries dos antigos cursos ginásial e colegial, todos pela mesma editora, chegando a atingir mais de 130.000 exemplares anuais. Conforme Conti (1976, p. 32): “[...] durante mais de trinta anos seus compêndios praticamente monopolizaram o setor didático, sendo adotados em todas as regiões do Brasil.”

Santos (1984) situou a biografia de Azevedo no tempo e no espaço, caracterizando a sua produção (1934-1974) e recuperou o pensamento geral e geográfico do autor. Apesar de não ser seu objetivo analisar os textos escolares de Azevedo, o autor relata que “[...] uma simples leitura desses compêndios⁴ escolares mostra haver um grande distanciamento dos textos em relação às expectativas da clientela a que se destinam.” (SANTOS, 1984, p. 19). De acordo com o autor, Azevedo privilegia o rigorismo científico em detrimento dos objetivos didáticos, o que torna o aprendizado da matéria denso, de difícil compreensão. Sobre os trabalhos de Azevedo analisados por Santos, afirma: “[...] mostra o quanto os mesmos se amoldaram aos



preceitos positivistas-funcionalistas da geografia moderna francesa [...]” (SANTOS, 1984, p. 60), aspectos que conferem ao autor aproximação à escola francesa desde seu primeiro trabalho, em 1935, até o último, em 1976.

O estudo de Gomes (2010) realizou um exame dos textos didáticos de autores da geografia produzidos de 1960 à 1989. Buscou identificar o que há subjacente às mudanças e continuidade dos conteúdos dessa disciplina e as obras didáticas são as principais fontes, segundo o autor.

Ainda para Gomes (2010, p. 48), “[...] por ter uma longa jornada na produção de livros didáticos, os livros didáticos de Azevedo passaram pelas mudanças dos programas curriculares o que obrigou o autor a fazer modificações e até lançar novas coleções.” Mas essas modificações para Gomes não alteraram o conteúdo dos livros didáticos “[...] os livros de Aroldo de Azevedo com padrão e conteúdo da década de 1950 se arrastaram até o final da década de 1960.”⁵ (GOMES, 2010, p. 50).

Assim como na pesquisa de Santos (1984), ao analisar os textos escolares de Azevedo, da década de 1960, Gomes (2010, p. 48) aponta que, “[...] seguiam o padrão de textos didáticos de Geografia destinados a universitários e acadêmicos, com análise de sínteses detalhadas, com utilização de conceitos e termos científicos da ciência geográfica.”

Pina (2009), outra pesquisadora que pesquisou o uso do livro didático nas práticas escolares dos professores de Geografia nos anos do ensino fundamental, abordou os autores que contribuíram efetivamente para a institucionalização da Geografia e Aroldo de Azevedo foi um dos destaques entre as considerações tecidas pela autora. Ela reconhece a influência do autor para a geografia escolar e de seus livros didáticos na construção dos conhecimentos geográficos da geração que se situa entre as décadas de 1930 à 1970.

Azevedo era supostamente alheio às questões relacionadas à Geografia política. Seu pensamento autoritário e a produção de uma Geografia ‘a serviço do Estado e das empresas privadas’ ganharam relevo e foram colocadas em segundo plano as discussões realizadas por Delgado de Carvalho e outros autores contemporâneos. A valorização da obra de Aroldo Azevedo está intrinsecamente relacionada à sua postura acrítica, ao fato de que o saber geográfico por ele produzido legitimava e garantia o poder instituído e difundia a ideologia dominante sobre a máscara de uma “Geografia Neutra”, sendo, portanto, por este poder, valorizada, utilizada e difundida. (PINA, 2009, p. 40).

Aroldo de Azevedo adota um caráter mais técnico, mais formal, de rumo positivista na ciência, um viés conservador, observado por estudiosos como Pina, por exemplo. Apontam que Azevedo contribuiu para influenciar a concepção mais conservadora no meio acadêmico e disseminar esse pensamento na área, próprio da maioria dos autores da época. De qualquer maneira, é preciso compreender se a crítica a essa tendência, no interior dessa área de conhecimento, já estava suficientemente desenvolvida no Brasil. Uma das críticas que pode ser constatada à forma de ensinar geografia, parece vir da influência do escolanovismo, incorporado



por um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), Delgado de Carvalho, autor de alguns compêndios de Geografia.

Outra autora que tece considerações sobre Azevedo é Ascensão (2009, p. 12), abordando “[...] os conhecimentos da matéria mobilizados pelos professores de Geografia quando trabalham o relevo e suas dinâmicas.” Sua influência, segundo a autora, no conhecimento sobre o conteúdo “relevo” é ainda significativa: “[...] acredita-se que essa tradição tenha sua origem na recontextualização desse conhecimento e remonta aos primeiros livros didáticos de Geografia publicados no País, escritos por Aroldo de Azevedo.” (ASCENÇÃO, 2009, p. 138).

Seu trabalho traz algumas considerações sobre a obra de Azevedo que julgamos pertinentes para nosso objeto, entre elas, que a distinção entre os conhecimentos escolares e os conhecimentos produzidos pela academia limitava-se à redução do volume de informações. Ela percebe essa questão a partir da década de 1940, aprofundando-se nas décadas posteriores. Ao comparar a produção didática de Azevedo ao longo do tempo, Ascensão (2009, p. 135) observa uma contínua redução de informações, que acredita ter sido realizada por Azevedo no objetivo de facilitar a compreensão dos conhecimentos acerca de relevo e suas dinâmicas. Contudo, ressalta que essa tarefa resultou no reducionismo e não em “[...] adequação pedagógica.” (ASCENÇÃO, 2009, p. 135). Admite, de fato, que houve cortes de seus textos a partir desse período, mas assinala: “[...] entretanto, se foi indicada uma simplificação nas obras de Aroldo de Azevedo ao longo das décadas examinadas, avalia-se que tal simplificação tornou-se ainda mais significativa nos livros didáticos produzidos nas décadas seguintes.” (ASCENÇÃO, 2009, p. 135).

Se Ascensão (2009) não encontrou a finalidade pedagógica que esperava nos conhecimentos contidos nos textos escolares de Azevedo, Conti (1976, p. 32) verificou neles uma preocupação do autor com a aprendizagem dos alunos. Aponta uma “[...] exatidão do conteúdo [...]”, “[...] adequação ao programa vigente [...]”, “[...] cuidado na escolha das imagens, entre outros “fizeram com que o livro tivesse imediata aceitação.” (CONTI, 1976, p. 32).

Em Lencione (2012) buscamos uma discussão sobre a historiografia do pensamento geográfico brasileiro, que tem em Aroldo de Azevedo uma referência importante, a qual se deve resgatar. Faz referência a sua formação geográfica francesa possibilista⁶ e uma retrospectiva por meio de depoimentos de ex-alunos do autor, dos quais transcreveu alguns trechos, como os dos professores José Bueno Conti, Francisco Capuano Scarlato e Mario Biassi, todos do Departamento de Geografia. Essas entrevistas, de acordo com a autora, ocorreram em 2006, das quais nos apropriamos para conhecer um pouco mais das práticas de Aroldo de Azevedo.

Em um dos trechos de seu estudo, a autora cita um discurso de Conti sobre Azevedo: “Ele estimulava a produção de livros didáticos entre os colegas, mas recebia críticas por fazer livros didáticos, no sentido que muitos colegas diziam: O que Aroldo fez? Ele fez foi livro didático.” (CONTI *apud* LENCIONI, 2012, p. 47). Confirmou também o viés conservador, mas



lamentou que sua memória tenha sofrido discriminações em função desse tipo de pensamento. (CONTI, *apud* LENCIONE, 2012).

Numa publicação no Boletim Paulista de Geografia, Conti faz questão de ressaltar outras contribuições de Azevedo, para além das obras didáticas tão mencionadas⁷.

Outro ex-aluno referenciado por Lencioni foi Francisco Capuano Scarlato: “Seu livro de Geografia física do primeiro ano colegial é um testemunho do nível da geografia que se ensinava na época...!” (SCARLATO, *apud* LENCIONI, 2012, p. 47).

Os trabalhos aqui mencionados reconhecem a importância de Aroldo de Azevedo para a educação brasileira, com influência na USP, um autor que defendeu a Geografia moderna, criterioso e conservador, com uma contribuição na produção de conhecimentos em análises geográficas de diversas regiões do Brasil. Sua produção centrava mais em livros didáticos, o que contribuiu para a formação de jovens do ensino secundário e de professores da Universidade de São Paulo.

Parece haver entre os autores concordância de que Azevedo resistiu a inovações e a algumas simplificações em suas obras didáticas, ainda que obedecesse ao critério de seguir os “programas à risca”. Alguns autores afirmam que seus textos eram densos, rigorosos, detalhados e de difícil compreensão. Por outro lado, Ascensão (2009), por exemplo, afirma que suas obras foram se tornando mais simplificadas ao longo das décadas, por exigências do mercado e da legislação, mas admite que nas décadas seguintes os livros utilizados nas escolas se tornaram ainda mais simplificados.

Entre os estudiosos de Aroldo de Azevedo não encontramos discussão sobre a tendência mais geral e histórica acerca dos conteúdos didáticos com base no atendimento coletivo dos estudantes e na simplificação do conhecimento que se desenvolve no trabalho na sociedade capitalista. Alguns autores citam suas obras como compêndios mas não explicitam o que de fato seria esse tipo de obra didática.

Encontramos esta lacuna significativa nos conhecimentos sobre a obra de Azevedo. Seus textos escolares não foram apreendidos enquanto instrumentos didáticos, determinantes na relação educativa, na medida em que historicamente têm atuado na reprodução da sociedade capitalista.

Dada a lacuna na pesquisa sobre a obra de Azevedo, na perspectiva da organização do trabalho didático, propusemo-nos a dar nossa contribuição, dentro dos limites de um artigo, com o exame de um dos textos escolares deste autor sob a categoria analítica de Gilberto Luiz Alves.



A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO E OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO DO PROFESSOR

Dada a natureza histórica do texto escolar, objeto da presente investigação, situamo-lo no interior da análise da organização do trabalho didático, inicialmente formulada por Alves em **A produção da escola pública contemporânea**. (ALVES, 2006).

Nesta direção, a organização do trabalho didático é concebida em suas formas históricas, cujas características denunciam as necessidades de determinado momento de desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, na ciência da história, o princípio da educação é o trabalho, categoria central da teoria marxiana na análise da sociedade capitalista. Assim, a organização do trabalho didático acompanha, de maneira contraditória, o modo de produção vigente.

Desde as comunidades primitivas até a Idade Média, predominou-se um modelo de relação educativa na qual um educador ministrava seus ensinamentos de forma individual aos educandos. O modelo de ensino individualizado persistiu até a Idade Média. Nesta época, não existiam ainda textos produzidos com a finalidade de atender à educação. O que havia eram textos clássicos, manuscritos que eram utilizados para a instrução e estavam sob o domínio da Igreja Católica, guardados em suas bibliotecas ou na posse de pessoas que tinham elevada condição financeira para adquiri-los. Nessas sociedades, a educação mais sistematizada, intelectual, contava com profissionais mais especializados, os preceptores. (ALVES, 2005)

Textos destinados à educação escolar só começaram a ser produzidos a partir da Reforma Protestante, numa ação da recém-formada Igreja Protestante para conquistar fiéis combatendo o monopólio da Igreja Católica sobre a educação formal, na qual se vinculava a doutrinação religiosa.

A Reforma buscou uma forma de criar escolas para todos e a necessidade de barateamento do ensino, pois os preceptores eram eruditos, dominavam várias áreas do conhecimento e formar esse profissional impunha obter recursos elevados; os custos de seus serviços eram elevados porque ensinavam um aluno por vez e sua formação era complexa, levava-se muitos anos para adquiri-la.

A solução para a questão foi encontrada por Comenius, um bispo protestante que idealizou as bases da escola moderna. Inspirado na divisão do trabalho instituída no século XVII pela manufatura que reduzira os custos e aumentara a produtividade na produção capitalista, transportou-a para o trabalho didático.

A organização do trabalho didático instituída por Comenius consistia em objetivar o conhecimento dos preceptores em manuais didáticos de forma resumida e direta. Os conteúdos deveriam ser reduzidos ao essencial. Um instrumento de trabalho que prescindia dos preceptores; uma pessoa razoavelmente instruída bastava para ensinar simultaneamente um grupo de alunos reunidos numa sala, simultaneamente.



Esperava-se que o projeto de Comenius de “escola para todos” se viabilizasse pelo barateamento deste novo método de ensino. No entanto, não houve uma expansão significativa de escolas até o início do século XIX. (ALVES, 2006).

No século XIX, período de consolidação da segunda revolução industrial e, em decorrência, intensificação da exploração dos trabalhadores pelo capital, tem início o processo de universalização do ensino promovido por interesse do Estado burguês e pela luta da classe trabalhadora.

No intuito de viabilizar uma educação para todos, a burguesia encontra na escola de Comenius as características desejadas para a escola moderna. Os manuais didáticos vieram para substituir a leitura dos clássicos, das antologias. Os clássicos poderiam dar acesso aos trabalhadores para a compreensão do mundo numa dimensão de totalidade, primeiro passo para a consciência das relações de exploração a que estão submetidos. Mas o modo de produção capitalista exige trabalho simplificado,

Comenius [...] conferiu-lhe [ao manual didático] uma função excludente. Ao reconhecer que ele bastava ao trabalho didático, fixou seu caráter especializado e tornou possível banir de dentro da sala de aula todas as outras modalidades de livros. Ao emprestar tom categórico à regra ‘Não dar aos alunos nenhuns livros, além dos de sua classe’ (COMENIUS, 1976, p.226), estabeleceu o império do manual didático dentro do espaço escolar. (ALVES, 2015, p. 7-8).

Revela-se, assim, o controle exercido por este instrumento didático sobre os conteúdos ensinados. Objetivava-se apenas uma instrução elementar, como leitura, escrita e cálculo, já que o trabalho manufatureiro não exigia maiores qualificações.

No Brasil, Alves (2015) situa na transição do século XVIII para o século XIX a tendência de surgimento de textos mais simplificados destinados à educação escolar. Por meio da análise dos “Estatutos” do colégio Seminário de Olinda, encontrou registros recomendando o uso de compêndios e resumos.

Dessa forma, os compêndios consistiam em resumo de uma ciência e excertos dos clássicos. São compostos por textos formais, fruto de estudos de estudiosos das áreas do conhecimento, conteúdos subdivididos e dispostos de forma organizada. Os autores dos compêndios eram especialistas reconhecidos na área de conhecimento do conteúdo destes materiais didáticos, professores ou não, e comportavam textos analíticos, autorais, que muitas vezes se tornavam referência para a área. (CENTENO, 2013). No Brasil, foram utilizados no século XIX e primeira metade do século XX.

Alves e Centeno (2015) afirmam que o Colégio Pedro II foi representativo do ensino secundário brasileiro, pois o governo instituiu-o como modelo para os outros colégios. Assim, as análises destes autores para os textos didáticos de História do Brasil utilizados pelo referido colégio, estendem-se, em geral, aos textos didáticos do Brasil até aproximadamente as primeiras décadas do século XX.



Os autores concluem que os textos escolares examinados compreendem compêndios que determinavam relações educativas “[...] ainda atreladas às pedagogias da época colonial, pouco se conformavam às formas mais desenvolvidas da escola moderna.” (ALVES; CENTENO, 2015, p. 109).

De fato, os primeiros instrumentos mais especializados, transitórios para os manuais comenianos, foram os compêndios. Começaram a ser adotados no século XIX, nos colégios pombalinos e depois no Colégio Pedro II:

[...] passava [o compêndio] a incluir um significado que ia além de sua relação estrita com os textos e os autores clássicos. Isto é, continuava sendo “resumo de uma teoria, ciência, doutrina”, mas começava a tornar-se, por sua destinação, “livro, esp. escolar, que enfeixa tal resumo” (Houaiss; Villar, 2001, p. 774). O que se difundiu no Brasil, ao longo do século XIX, foi esse significado do termo compêndio associado à sua utilização na escola e, quanto à autoria, a professores das correspondentes matérias que exerciam o magistério nos principais estabelecimentos escolares do País, em especial no Colégio Pedro II. (ALVES, 2015, p. 22).

Progressivamente esses instrumentos foram substituindo os clássicos, os florilégios e as antologias⁸.

Ao avaliar o instrumento didático **História do Brasil** – (curso superior) (1900) de João Ribeiro, catedrático do citado colégio, Centeno (2013) averiguou que os textos são extensos, analíticos e polêmicos. Além disso, não encontrou ilustrações como nos manuais destinados aos cursos primário e médio – recurso que foi utilizado apenas na primeira edição de 1900.

Nos primeiros capítulos, a autora observou uma listagem geral e uma lista de datas, mas o que chamou sua atenção é que tanto a sinopse quanto a referida listagem só aparecem nos quatro primeiros capítulos. “Esta situação insinua a escassa preocupação do autor com a parte instrumental da obra. O texto longo, mais rebuscado para a clientela escolar, a falta de questionários, mapas e gravuras também são indícios do que está sendo apontado.” (CENTENO, 2013, p. 173).

Centeno (2013, p. 173) afirma que “Ribeiro era um intelectual que resistia às modernizações simplificadoras da educação. [...] não acreditava no poder educativo de instrumentos que simplificavam o ensino.” Em sua avaliação, o texto escolar de Ribeiro não apresentou inovação didática, no que se refere à forma, tendo-se em vista as prescrições comenianas para a escola moderna. Destaca a presença de análises utilizadas por historiadores de renome, debates teóricos, grau limitado de simplificação e objetivação do trabalho didático. Em relação ao conteúdo do compêndio analisado, Centeno (2013) relata que Ribeiro realizou debates teóricos que trazem algumas inovações.

Logo, encerra que, apesar dos estudiosos reconhecerem Ribeiro por renovar a didática, não foi este o caso do texto escolar em questão. Caracteriza-o, então, como um compêndio.



Outra pesquisa produzida sobre os textos escolares na perspectiva apontada, foi realizada por Brito (2010), que examinou o instrumento didático **Princípios de Sociologia** (1935) de Fernando de Azevedo, no qual foi verificada uma linguagem erudita, com o conteúdo completo da sociologia científica.

De acordo com a autora, Fernando de Azevedo produziu a obra antes do processo de expansão do ensino público no país, entre os anos 1930 do século XIX e a primeira metade do século XX; a escola para todos ainda não se materializara completamente. Conseqüentemente, a função do manual didático comeniano perde sua razão de ser, o que justifica a erudição do texto de Fernando de Azevedo, embora produzido a partir da preocupação do autor em tomar o conhecimento sociológico acessível para o educando de diferentes graus de ensino.

Por outro lado, Brito (2010) evidencia um viés comeniano na obra: o autor resumiu os maiores clássicos da disciplina, ou seja, torna dispensável a leitura deles. O fato de constituir-se em uma obra autossuficiente é um traço dos manuais didáticos, que barateiam a atividade de ensino dispensando a erudição do professor tornando mais acessível o conhecimento veiculado.

Pela predominância na obra de Fernando de Azevedo de características de compêndio, a autora a posiciona como compêndio em transição.

Da mesma forma, ao analisar os textos escolares de Sociologia produzidos entre 1931 a 1938 por Delgado de Carvalho, também professor do Colégio Pedro II, Brito (2015, p. 159) encontra “[...] preocupação com o detalhamento da utilização do compêndio no desenrolar do trabalho a ser desenvolvido pelo professor, [...]”. Esta e outras especificidades da escola moderna presentes no trabalho de Delgado permitiram a autora incluí-lo também nesse momento de transição dos textos escolares, como Fernando de Azevedo.

Por meio dessa breve exposição, da necessidade de produção de instrumentos de trabalho didático mais simplificados, alcança-se a dimensão em se determinar a relação educativa: exigência mínima de qualificação docente (desvalorização da carreira), controle dos conteúdos ensinados com vistas a formar a força de trabalho necessária pouco qualificada (resultado do conhecimento limitado ofertado). Por isso, pesquisas dedicadas ao tema têm caracterizado as transformações na relação educativa decorrentes da implementação dos manuais didáticos pelo Estado burguês.

Visando contribuir na vertente destes estudos, é que se propõe a análise de um dos textos escolares do geógrafo Aroldo de Azevedo, inserido na produção de instrumentos didáticos da década de 1930. Nossa hipótese é que tenha seguido a tendência dos textos escolares produzidos na primeira metade do século XX, confirmada pelos estudos que referenciamos, constituindo-se em compêndios ou já com algumas características dos manuais didáticos, evidenciando uma transição.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA DÉCADA DE 1930



Em 1934 é criado o primeiro curso superior de Geografia no Brasil, com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) e de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLO), na capital paulista e, no ano seguinte, o curso foi criado também na cidade do Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal. (SANTOS, 1984).

O curso superior de Geografia da USP “[...] marcou um novo polo de produção de conhecimento geográfico no Brasil que, com o passar dos anos, tornou-se um dos principais centros de pesquisa da área de Geografia do país.” (GOMES, 2010, p. 30).

Isto posto, os estudos da geografia do Brasil e conseqüentemente a produção de Azevedo teve por base a escola francesa tradicional. Assim, os geógrafos contemporâneos formaram-se numa dada geografia moderna, da escola possibilista de Vidal de La Blache. (SANTOS, 1984).

Diferentemente da tradição europeia, não havia ainda, no Brasil, “[...] uma fase da Sociedade de Geografia [...]” (MOREIRA, 2014), embora se conheça desde antes da criação dos cursos universitários, organismos como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), a Sociedade Brasileira de Geografia (SBG) - fundada como Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Portanto, com a fundação das universidades, na década de 1930, nasce também a Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), que cumpre o papel exercido pela “Sociedade de Geografia”, no modelo europeu. Segundo Moreira (2014), a geografia brasileira é uma criação das instituições de ensino e instituições de pesquisa e planejamento estatal.

De acordo com Giroto (2010), o processo de institucionalização da Geografia como ciência moderna no Brasil divide-se em dois períodos: o primeiro de 1838, ano da criação do Colégio Pedro II, até o processo de criação da Universidade de São Paulo, quando se inicia o segundo período que vai até os nossos dias.

O ensino de Geografia como matéria obrigatória do ensino foi um avanço e passou a fazer parte dos programas de conteúdo, nas reformas educacionais, a partir de 1837. (MELO, VLACH, 1992).

Melo e Vlach (1992) afirmam que os conteúdos de geografia passaram a ser considerados de grande importância para a formação dos bacharéis e para os exames preparatórios visando o ingresso no Curso de Direito.

Com a criação das universidades há um aumento na produção de literatura escolar voltadas para ensino fundamental e médio. Eram livros que expressavam o modo como o ensino escolar dialogava naquela época: por meio do fluxograma dos currículos universitários⁹ e, ao mesmo tempo, com os programas oficiais obrigatórios e padronizados para todas as escolas do país. Estes textos escolares distinguem-se segundo a identificação com uma das três fases da geografia brasileira: a fase clássica, a fase de transição ou a fase atual. Os livros de Aroldo de Azevedo são característicos da primeira fase. (MOREIRA, 2014).



Moreira (2014) situa a produção de Azevedo na chamada geração de 30 dos geógrafos por meio de uma produção centrada mais em textos didáticos, realizando uma interlocução com autores franceses. Uma geração que se propôs a pensar o Brasil a partir da análise dos sentidos deste país, propondo um projeto de sociedade com seus representantes na geografia.

O ensino de geografia esteve presente no ensino secundário desde sua oficialização, no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob o regime de inspeção oficial, a partir da primeira reforma educacional que ficou conhecida como Francisco Campos, nome do então ministro do Ministério da Educação e Saúde. Foi instituída pelo decreto nº 19.890 de 18 de Abril de 1931 e consolidada pelo decreto nº 21.241 de 4 de Abril de 1932. (BRASIL, 1931).

Como disciplina obrigatória, foi presente a organização do ensino secundário, em dois cursos seriados: fundamental (de cinco anos) e complementar (de dois anos). Este último era obrigatório para matrícula em determinados cursos do ensino superior. (BRASIL, 1931).

Ressalta-se que, a partir da reforma educacional, o Estado institui a Comissão Nacional do Livro didático (CNLD) por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, estabelecendo a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático do país. (BRASIL, 1938).

Em 1938, com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) foram impostas condições de produção, importação e utilização do livro didático. Também foi delimitado o que era um compêndio e livro didático. Os compêndios, conforme a lei, seriam os livros que expunham, total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas oficiais e os livros de leitura de classe (livros didáticos) seriam utilizados para leitura dos alunos em aula. (BRASIL, 1938).

Conforme Filgueiras (2008, p. 7), a comissão responsável pela fiscalização deveria ser integrada com sete membros designados pelo Presidente da República, escolhidos dentre “[...] pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecimento moral [...]”, conforme Decreto-Lei nº 1006/38. Começaram a funcionar em 1941.

Duas situações que eram recorrentes nas avaliações da CNLD: os livros de autores estrangeiros, como era o caso de D. Ludgero Jaspers, não eram julgados pela Comissão. Manuais de autores tradicionalmente utilizados nas escolas, como a obra de Camões e de brasileiros renomados, como Fernando de Azevedo, eram negadas quando não estavam de acordo com o artigo 23.¹⁰ (FILGUEIRAS, 2008, p. 7).

O compêndio de Aroldo de Azevedo, **Geografia para a quarta série secundária** da Companhia Editora Nacional, foi um dos poucos livros autorizados por essa legislação, segundo a autora.

O COMPÊNDIO DE AROLDO DE AZEVEDO

A obra didática de Aroldo de Azevedo escolhida para análise foi **Geografia para quarta série secundária** editada inicialmente em 1935, pela Companhia Editora Nacional. A obra que tivemos acesso foi a da 6ª edição, publicada em 1938.

O texto escolar contém 389 páginas, distribuídas em XXII capítulos e abrange o estudo dos principais países do globo, nas suas feições políticas e econômicas. Apresenta capa dura, em tamanho 19 cm x 13 cm. A seguir demonstra-se o título da obra, a série, a identificação de que a obra está de acordo com o programa oficial e uma observação do autor sobre as “leituras geográficas de autores escolhidos”, conforme a figura 1.

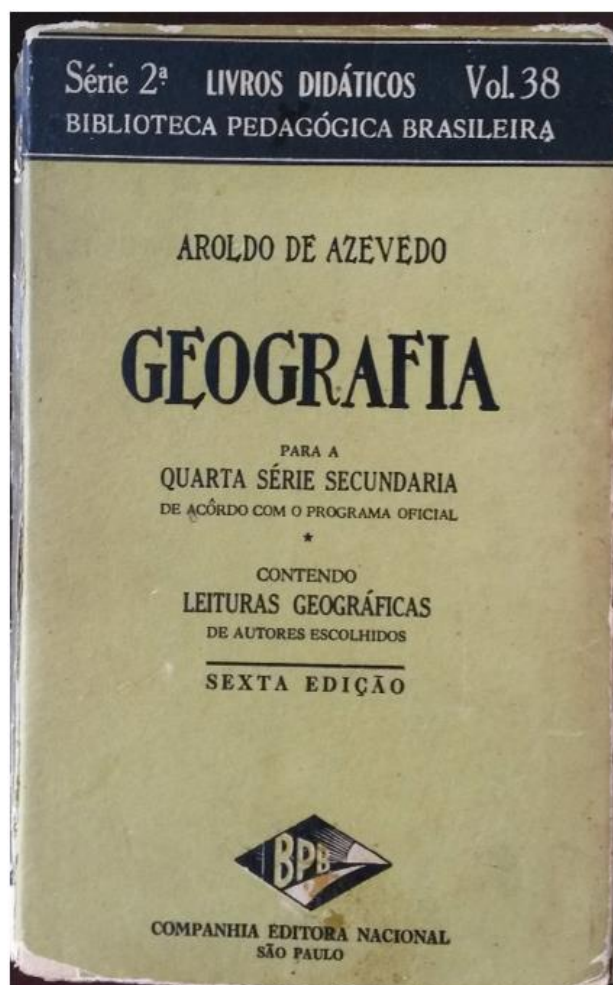


Figura 1 - Capa da obra de Geografia para a quarta série secundária.
Fonte: Azevedo (1938)

No interior do livro, no verso da folha de rosto, a editora expõe as obras de Geografia já publicadas: **Geografia** para a 1ª, 2ª, 3ª, 5ª série secundária, **Geografia Humana** destinada aos cursos jurídicos e **Geografia do Brasil** para o curso comercial. Na página 3 apresenta-se a obra, nome, série escolar, edição, ano e a certificação com o programa oficial. Na página 4, estão relacionadas as edições anteriores publicadas da **Geografia** para a quarta série secundária

(1935, 1936, 1937). Na página 5, encontra-se uma dedicatória em memória a sua mãe, senhora Odila Rodrigues (1873-1933). Nas páginas seguintes, 7 e 8 apresenta-se o prefácio da obra, na página 9 o Programa de Geografia proposto para a 4.^a série secundária, conforme figura 2.

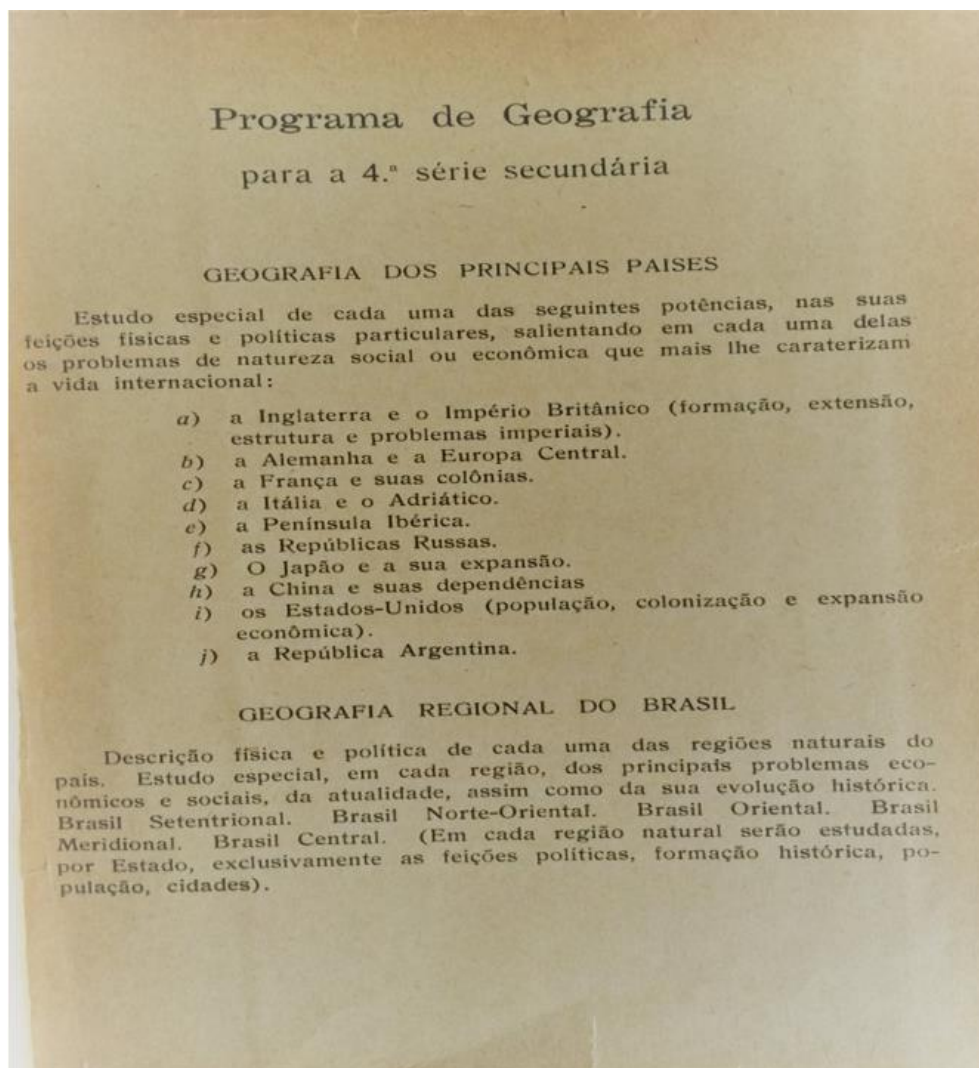


Figura 2 - Programa de Geografia para a 4.^a série secundária.

Fonte: Azevedo (1938, p. 9).

Na página 10, apresenta-se o sumário e observa-se a sequência dos conteúdos de acordo com o programa oficial o qual Azevedo faz questão de dizer que segue “à risca”.

Segundo Azevedo (1938), dos programas oficiais de geografia para o curso secundário, o da 4.^o série era o mais “atraente”, pois incluía os principais países do mundo, nas suas particularidades políticas e econômicas. Porém, faz uma crítica em relação à escolha dos principais países pela organização do programa.



O programa enumerou os países que podem ser considerados os “principais” do nosso planeta; pouco mais de uma dúzia deles. Não queremos discutir se os seus organizadores andaram mal ou andaram bem assim fazendo, uma vez que, se para alguns, o número dos países é muito restrito, para outros talvez se pudesse reduzi-lo ainda mais [...]. (AZEVEDO, 1938, p. 7).

Os textos dos conteúdos abordados nos capítulos I ao XXI seguem uma mesma disposição, ou seja, cada capítulo aborda um país na seguinte sequência: aspectos físicos, superfície e população, governo, principais cidades e recursos econômicos, terminando o capítulo com leituras de autores renomados, aquelas leituras destacadas na capa da obra como “leituras geográficas de autores escolhidos”, como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Emmanuel De Martonne, Roger Dion, Le Lannou, Pierre Gourou, Louis Papy, Francis Ruellan, entre outros. Em sua maioria, são obras de autores franceses e norte-americanos, datadas entre os anos 1926 a 1936. De acordo com o prefácio da obra, são “[...] leituras escolhidas, de autores de nomeada, a fim de chamar atenção do aluno para assuntos correlatos, e que a rigor, não poderiam ser tratados no próprio corpo do texto.” (AZEVEDO, 1938, p. 10).

No último capítulo, Azevedo discute a geografia do Brasil com sua divisão regional: Brasil Setentrional, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central. Cada região brasileira é descrita segundo as subdivisões de conteúdo: geografia física, geografia política, geografia econômica, a formação histórica de seus estados, um destaque para alguma personalidade importante da região e, ao no final do capítulo, as leituras de autores reconhecidos pela área: Raimundo Moraes, Frederico A. Rondon, Delgado de Carvalho, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Vicente Licínio Cardoso, Luc Durtain, Pierre Monbeig, Oliveira Viana, João Fabrício Marques e General Couto de Magalhães.

Ao final do livro, localiza-se a bibliografia dos autores de cujas obras foram extraídos os textos utilizados nas “Leituras”. Na sequência, respectivamente: a bibliografia dos autores consultados para a elaboração do conteúdo da obra em si, índice das gravuras utilizadas entre os textos (sempre apresentadas com uma explicação) e ao final um índice geral com todos os 22 capítulos e suas subdivisões.

A obrigatoriedade de os livros didáticos passarem pela aprovação de uma comissão explica a preocupação de Azevedo em seguir o programa oficial. Observação que o autor fazia questão de colocar na apresentação de seus livros, justificando que sempre seguia de perto o programa oficial, “[...] da forma lógica e mais consentânea com os modernos métodos do ensino geográfico.” (AZEVEDO, 1938, p. 7).

Com relação à obediência ao programa oficial, relatado por todos os autores, inclusive frisado pelo próprio autor, cabe inserir uma curiosa observação. Ab’Saber, num artigo publicado nos anos 1950, ao comentar sobre uma obra didática de Azevedo elogia a não obediência cega à seriação das unidades dos programas oficiais que teria colocado um conceito “[...] terminologicamente impreciso e repetitivo [...]”, mas que Azevedo fez questão de corrigir. (AB’SABER, 1950, p. 583).



Mas, seguir o programa oficial, não significaria necessariamente, ter de simplificar o texto. O problema é que era necessário abordar muitos conteúdos num único livro. É, de fato, a prescrição de Comenius: resumir tudo num único livro, ou seja, as matérias deveriam ser ensinadas uma de cada vez com um método único e com livros “[...] de tamanho pequeno mas de grande utilidade, que apresentem as coisas sumariamente, ou seja, muitas coisas com poucas palavras.” (COMENIUS, 1985, p. 294).

Na obra analisada, houve uma solicitação de redução do preço do volume, sugerindo a diminuição de laudas para baixar custos. Mas, o autor parece achar uma saída para a redução do preço sem ter de retirar os textos que já havia proposto. Comentando sobre as modificações da edição, afirma:

[...] a primeira tem em vista facilitar o manuseio do compêndio e consiste na inclusão de todas as leituras geográficas ao fim dos capítulos a que dizem respeito e, não em anexo, como até aqui havíamos feito. A segunda se refere à redução do preço do volume, de modo a torná-lo mais acessível à mocidade estudiosa, sem que nem uma só linha houvesse sido reprimida do original. (AZEVEDO, 1938, p. 7).

Durante a pesquisa não conseguimos ter acesso à primeira edição da obra, de 1935, para uma análise comparativa com 6ª edição com o objetivo de verificar se não houve simplificação dos conteúdos. Ou seja, não ter suprimido “nem uma só linha” do original. No entanto, é possível confirmar que o autor aborda todo conteúdo do programa oficial para a quarta série secundária nesta edição, ainda que de modo resumido.

Para incluir essas leituras geográficas ao final do capítulo, Azevedo utilizou-se de recursos tipográficos diferentes, um tipo menor no final dos capítulos para as leituras, uma prática já comum nos meios editoriais.

Tais recursos tipográficos, conforme explicação de Hansen ao se referir a João Ribeiro (2000 *apud* Centeno, 2013), representavam uma inovação pedagógica. João Ribeiro editou o texto original de seu compêndio de História do Brasil em dois tipos de tamanhos diferentes. O “[...] tipo maior é um pouco mais factual, o tipo menor, mais detalhado, analítico, polêmico e comparativo.” (CENTENO, 2013, p. 172). Aroldo de Azevedo utilizou- os de maneira um pouco diferente, ou seja, Azevedo inclui textos de outros autores na sua obra, o que a enriquece ainda mais pela possibilidade de oferecer interpretações de outros autores aos alunos, ainda que fosse de sua escolha.

Azevedo (1938, p. 8) faz um elogio a alguns textos de autores que já possuíam leituras planejadas para o ensino: “[...] sobretudo prestaram-nos inestimável auxílio, uma vez que já possuíam leituras especialmente organizadas para o ensino, com simplicidade de linguagem, maneira atraente de expor e muita clareza na explanação dos assuntos.” Constatamos 52 leituras distribuídas ao longo dos capítulos. Abaixo, uma demonstração das referidas “leituras”, conforme figura 3.

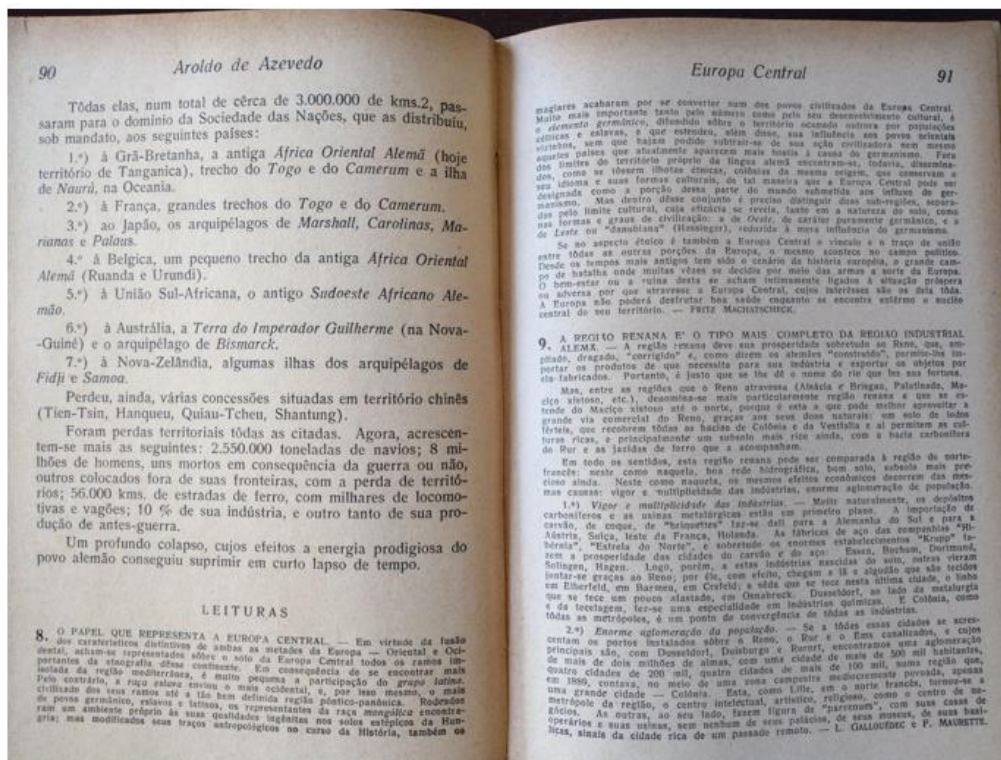


Figura 3 - Leituras-Europa Central.
Fonte: Azevedo (1938, p. 90-91).

As leituras utilizadas na obra são textos descritivos e explicativos, nos quais os autores detalham o contexto histórico de um fato que “[...] não poderia ser tratada no corpo do texto.” (AZEVEDO, 1938, p. 8). Diante da limitação dos conteúdos apresentados, as leituras nos complementam aprofundando conhecimentos sobre fatos importantes da história do país. Percebemos que em alguns capítulos o autor insere mais de uma leitura de autores distintos, provavelmente fragmentos de textos, pelo tamanho reduzido, como pode ser verificado na figura 3.

Levando em consideração as modificações descritas pelo autor, para essa edição, no que diz respeito às gravuras, ele justifica “[...] não pudemos colocar o número que desejávamos, em virtude da falta de espaço com que lutamos [...], aos professores competirá realçar mais ainda a importância das gravuras, [...], que não venham a ser um peso morto dentro do livro.” (AZEVEDO, 1938, p. 10).

Diante da quantidade de conteúdos de geografia prescritos pelo programa de oficial para a quarta série, ao autor restou colocá-los num único livro. Nesta direção, interpretamos que ele tenha priorizado os textos (conteúdo) em detrimento das gravuras, ao contrário do que ocorre nos manuais didáticos no tempo presente. Nestes, os conteúdos estão bastante reduzidos e as gravuras em quantidade significativa. (ALMEIDA; CENTENO, 2015)



No prefácio da obra investigada, Azevedo orienta seus colegas de magistério a missão de manejar tais leituras em suas aulas, à proporção que a matéria for sendo ministrada aos alunos. Percebemos que o professor para quem Azevedo destinava seu texto tenderia a ser aquele com formação de leitura e teoria, o que nem sempre deveria ocorrer. A ausência de maiores recomendações aos professores, assim como de questionários, atividades, sinopses, acaba conferindo ao professor um pouco mais de controle sobre o ensino-aprendizagem, proporcionados pelos compêndios que, segundo Centeno (2010, p. 23), diverge da formação do professor contemporâneo, entendido como um executor dos conteúdos do manual didático. Ou seja, seu texto exige um grau de autonomia docente um pouco mais elevado, pois o mesmo deveria ajudar a interpretar os textos que estavam expostos no instrumento escolar e propor tarefas utilizando mais recursos didáticos.

Sabendo que os compêndios foram utilizados no Colégio Pedro II ao longo do período imperial, e, geralmente, eram de autoria de seus próprios professores das correspondentes matérias (ALVES; CENTENO, 2015), é interessante relacionar também a mesma situação com Azevedo. O mesmo foi professor da USP e de cursos de nível secundário em diversas escolas consideradas de elite.

Ao contrário do texto de História do Brasil de João Ribeiro, analisado por Centeno (2013), no qual a autora pode verificar debates polêmicos, no texto de Azevedo não encontramos nada semelhante, mas um texto marcado por descrições. No entanto, sabemos que ele era um estudioso da Geografia e muitas descrições que fez se devem também a suas pesquisas. Segundo Lencione (2012, p. 43), nas pesquisas sobre a tese que desenvolveu, Aroldo de Azevedo

[...] pesquisou os aspectos geográficos e históricos da região que fica entre a Penha (rio Aricanduva) e Poá (rio Guaió). Consta que ele percorreu a área diversas vezes ouvindo os habitantes, registrando episódios importantes e fotografando os lugares.

Outro testemunho da autoria marcante e erudição dos textos de Azevedo pode ser observado na entrevista concedida por Scarlato à Lencione (2012)

Seu livro de geografia física do primeiro colegial é um testemunho do nível do nível da geografia que se ensinava na época... era de uma profundidade! Demartonne (sic), os grandes clássicos da Geografia se ensina no colegial. Eu aprendi climatologia – sinceramente, quando eu comecei a fazer o curso Geografia aqui tinha horas que eu tive que ir ao livro de Aroldo, tinha hora que eu ia no livro do Aroldo para poder entender os conceitos e a metodologia da geografia física.... Um dos grandes livros dele é o de Geografia Regional do Brasil e eu não via no Aroldo essa dicotomia entre Geografia Física e Humana... Uma geografia da perspectiva da época e, claro, não era uma geografia da perspectiva dialética. (SCARLATO *apud* LENCIONE, 2012, p. 47).

Além disso, como foi relatado, foi Azevedo o responsável pela primeira classificação das unidades dos relevos, no ano de 1940.

Ou seja, Aroldo de Azevedo além de autor de textos escolares atuava no magistério do ensino secundário e superior e, provavelmente, utilizava instrumentos didáticos de sua própria



autoria em suas aulas. Torna-se evidente que nem ele, nem sua produção didática encaixavam-se na proposta educativa comeniana, ainda que anos depois começasse a se especializar em textos mais simplificados. Conforme afirma Centeno (2010), o novo professor da escola moderna não teria conhecimentos suficientes para formular os conteúdos dos manuais didáticos, tampouco assumir sozinho sua produção.

Finalizamos o esforço de analisar as especificidades encontradas no texto didático de Azevedo que justificariam sua classificação como compêndio ou manual didático. Em síntese, a presença de leituras complementares, o número reduzido de gravuras, a intenção em manter a integralidade dos conteúdos e a complexidade e erudição do texto exigindo um professor um pouco mais preparado para ministrá-lo oferecerem-nos subsídios para situá-lo como um compêndio.

No entanto, o fato de ser obrigado a contemplar muitos conteúdos num só volume não deixou outra opção à Azevedo senão resumi-los para “caber”. Sendo a simplificação dos conteúdos uma peculiaridade dos manuais e dada sua presença no compêndio analisado, devemos considerá-lo em transição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo analisamos um dos textos escolares de Aroldo de Azevedo, **Geografia**, para a quarta série secundária, (1938), sob a categoria organização do trabalho didático. A categoria trabalho ocupa o centro da relação educativa e os instrumentos didáticos têm a função de mediar o processo de ensino-aprendizagem, que envolve a relação professor-instrumento didático-conhecimento-aluno. Os textos escolares são, sem dúvida, os instrumentos didáticos mais importantes no trabalho didático, na sociedade capitalista.

O objetivo principal foi verificar qual papel exercia a obra, sob a perspectiva de Alves (2005), acerca dos instrumentos didáticos, especialmente compêndios e manuais didáticos na escola moderna e contemporânea.

Entre os principais estudiosos de Aroldo de Azevedo, percebemos a concordância de que Azevedo resistiu a inovações e a algumas simplificações em suas obras didáticas, ainda que obedecesse ao critério de seguir os “programas à risca”. Suas obras foram se tornando mais simplificadas, ao longo das décadas, quando deu continuidade às publicações didáticas, segundo Ascensão (2009).

Identificamos na literatura contribuição significativa de Aroldo de Azevedo para a área. O processo de institucionalização da Geografia como ciência moderna no Brasil divide-se em dois períodos: o primeiro de 1838, ano da criação do Colégio Pedro II, até o processo de criação da Universidade de São Paulo, quando se inicia o segundo período que vai até os nossos dias. Azevedo fez parte desse segundo processo tendo publicado muitos textos didáticos.



A obra analisada trata do estudo dos principais países do globo, nas suas feições políticas e econômicas. Os textos dos conteúdos abordados nos capítulos seguem uma mesma disposição, ou seja, cada capítulo aborda um país na seguinte sequência: aspectos físicos, superfície e população, governo, principais cidades e recursos econômicos, terminando o capítulo com leituras de autores renomados. Há reduzido número de gravuras e a intenção de manter a integralidade dos conteúdos, a complexidade e erudição dos textos colocados como leituras de autores escolhidos, exigia que o professor tivesse mais domínio sobre o conteúdo. Não há recomendações aos professores, nem questionários, atividades e ou sinopses.

Após análise do texto didático, foi possível identificar especificidades de um compêndio: preocupação do autor em registrar todo o conteúdo, não substituindo textos por excesso de gravuras, a ausência de atividades, ausência de orientações específicas e a existência de leituras de autores reconhecidos ao final dos capítulos. Por outro lado, encontramos na obra traços característicos de um manual didático, com muitos conteúdos resumidos num único livro. Podemos afirmar, assim, que a obra de Azevedo está mais próxima de um compêndio em transição.

REFERÊNCIAS

- AB' SABER, A. A. A. de. Geografia humana do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, 1950. Disponível em: www.revista.usp.br. Acesso em: 26 set. 2016.
- ALMEIDA, J. Q. de.; CENTENO, C. V. Os cadernos de história do estado de São Paulo (2008-2010). **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 14, n. 60, p. 62-77, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640548/0>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- ALVES, G. L (org.). **Textos escolares do Brasil: clássicos compêndios e manuais didáticos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.
- ALVES, G. L **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- ALVES, G. L. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ALVES, G. L., CENTENO, C. V. Compêndios de história do Brasil no Colégio Pedro II: Império e Primeira metade do século XX. In: ALVES, G. L (org.). **Textos escolares do Brasil: clássicos compêndios e manuais didáticos**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.
- ASCENÇÃO, V. O. R. **Os conhecimentos docentes e a abordagem do relevo e suas dinâmicas nos anos finais do ensino fundamental**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) –



Instituto de Geociências Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

AZEVEDO, A. **Geografia**. Quarta Série Secundária. Contendo Leituras geográficas. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

BARBOSA, A. M. L. O pensamento geográfico de Aroldo de Azevedo – um Brevilóquio. **Jornal Lince** (online) 2010. Disponível em: http://www.jornalolince.com.br/2010/arquivos/retrato-aroldo_azevedowww.jornalolince.com.br-edicao032.pdf. Acesso em: 16 mar. 2016.

BRASIL. Decreto –lei nº 1006 de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de janeiro de 1939. Seção 1, p. 277.

BRASIL. Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931. Lei Francisco Campos. Dispõe sobre a Organização do Ensino Secundário. **Diário Oficial**, 1 de maio de 1931. Poder Executivo, Brasília, 1931, p. 6945.

BRITO, S. H. A. de. A produção de manuais didáticos e o ensino de sociologia na escola média em dois momentos históricos (1935-1989). **Revista Histedbr on-line**, Campinas, número especial, p. 58-75, maio, 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37e/art04_37e.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

BRITO, S. H. A. de. O ensino de sociologia no Colégio Pedro II e os compêndios produzidos por Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1931-1939). In: ALVES, G. L. (org.). **Textos Escolares do Brasil: clássicos compêndios e manuais didáticos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

CENTENO, C. V. O Compêndio História do Brasil – curso superior de João Ribeiro: análise sobre a perspectiva da organização do trabalho didático. **Acta Scientiarum. Education**. v. 35, n. 2, p. 169-178, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20340>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CENTENO, C.V. O manual didático Projeto Araribá História no município de Campo Grande (2008). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 20-35, maio, 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37e/art02_37e.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

COMENIUS, J. A. **Didáctica Magna**: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

CONTI, J. B. Aroldo de Azevedo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 50, 1976. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/112>. Acesso em: 27 ago. 2018.



FILGUEIRAS, J. M. Os processos de livros didáticos na comissão nacional do livro didático. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO*, 19., 2008, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ANPUH/SP – USP, 2008. CD-ROM. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Seminarios%20Tematicos/ST%2001%20Helenice%20e%20Maria%20Carolina/Juliana%20Miranda%20Filgueiras.pdf> Acesso em: 01 nov. 2018.

GIROTTO, E. D. O lugar do ensino no processo de institucionalização da Geografia no Brasil. **Perspectiva Geográfica**, Colegiados de Geografia, Paraná, n. 6, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=GIROTTO%2C+Eduardo+Donizete.+O+lugar+do+ensino+no+processo+de+institucionaliza%C3%A7%C3%A3o+da+Geografia+no+Brasil.+Perspectiva+Geogr%C3%A1fica.+UNIOEST%2C+Colegiados+de+Geografia%2C+n.+6%2C+Paran%C3%A1%20>. Acesso em: 27 ago. 2018.

GOMES, D. M. **A Geografia ensinada: mudanças e continuidades do conhecimento geográfico escolar (1960- 1989)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação: História Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LENCIONI, S. Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=LENCIONI%2C+Sandra.+Aroldo+de+Azevedo%3A+um+ge%C3%B3grafo+da+Universidade+de+S%C3%A3o+Paulo.+Boletim+Paulista+de+Geografia%2C+2012&oq=LENCIONI%2C+Sandra.+Aroldo+de+Azevedo%3A+um+ge%C3%B3grafo>. Acesso em: 14 maio 2016.

MELO, A. de. A.; VLACH, V. R. F. - **História da Geografia escolar brasileira: continuando a discussão**. 1992. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo_VaniaRubia.pdf. Acesso em: 25 jan. 2018.

MORAIS, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso: para a crítica da Geografia que se ensina**. Contexto, São Paulo, 2014.

PINA, P. P. G. N. **A relação entre o ensino e o uso do livro didático de Geografia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS, W. **A obra de Aroldo de Azevedo – uma avaliação**. 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1984.



Notas

¹ Resultado de Trabalho de Conclusão de Curso **O compêndio Geografia para quarta série secundária de Aroldo de Azevedo (1910-1974) sob a perspectiva da organização do trabalho didático**, de Jane das Dores Oshiro, orientado pela Profa. Dra. Carla Villamaina Centeno, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – (UEMS), 2018.

² Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Contato: janegoshiro@hotmail.com

³ Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora associada do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PROFEDUC) do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão- Celmi da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Contato: carla.centeno@uol.com.br

⁴ Santos (1984) se refere ao instrumento didático analisado como compêndio, mas não mencionou o ano da produção da obra.

⁵ De acordo com o autor, **O Brasil e mundo 3**: as regiões brasileiras, não traz nenhuma novidade ou conteúdos novos, apenas reescritos ou com maior quantidade de gravuras, com exceção do segundo volume da coleção, A Terra brasileira diferencia-se das anteriores pelo número de imagens coloridas, tabelas, mancha no texto reproduzida em duas colunas (elementos gráficos), diagramação das imagens, resumo no final dos capítulos. (GOMES, 2010).

⁶ Corrente do pensamento geográfico, concepção filosófica e metodológica que os geógrafos vão buscar suas orientações gerais. (MORAIS, 2005).

⁷ “Deixou, ainda, uma apreciável quantidade de outros livros e artigos de alto interesse, entre os quais poderíamos lembrar: — Regiões e Paisagens do Brasil. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1954. — A Geografia a Serviço da Política. Boletim Paulista de Geografia n.º 21, outubro de 1955. — Embriões de Cidades Brasileiras. Boletim Paulista de Geografia n.º 25, março de 1957. — Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Boletim n.º 208 da Fac. de Fil. Ciências e Letras da U.S.P., ano de 1956. A Cidade de São Paulo — Estudos de Geografia Urbana. Obra em quatro volumes realizada sob sua direção e publicada pela Cia. Editora Nacional em 1956. Mereceu o Prêmio Jaboti conferido pela Câmara do Livro de São Paulo. — Arraiais e Corrutelas. Boletim Paulista de Geografia 27, de outubro de 1957. — Contribuição para um Vocabulário Geológico. Boletim Paulista de Geografia números 29 e 30, de julho e outubro de 1958. — Geografia das Metrôpoles Brasileira. Anais da A. G.B. vol, XII (1958-1959). — Aldeias e Aldeamentos de índios. Boletim Paulista de Geografia n.º 33, outubro de 1959. — Panorama da Produção Agro-Pecuária Brasileira em 1958. Boletim n.º 234 da Fac. Fil. Ciências e Letras da U.S. P., ano de 1960. — Brasil, a Terra e o Homem. Da coleção “Brasiliana” editada pela Cia. Editora Nacional, tendo saído o 1.º volume (“As bases físicas”) em 1964 e o 2.º (“A vida humana”) em 1970. Trata-se de trabalho realizado por uma equipe de professores universitários de Geografia, sob sua coordenação, tendo o 1.º volume recebido o prêmio oferecido pelo Instituto de Geografia da U.S. P. como o melhor trabalho geográfico de 1964. — A Baixada Santista. Aspectos Geográficos. Atividades: “Em seus últimos meses de atividade integrou o corpo docente da Fundação Padre Anchieta (Rádio e TV Educativa de São Paulo), elaborando textos básicos para o programa [...] Foi um dos sócios fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros Pertenceu, ainda, a diversas outras entidades culturais tais como: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Instituto Histórico e Geográfico de Campinas, Sociedade.” (CONTI, 1976, p. 32-34).

⁸ “Antologia tem o sentido literal de “estudo das flores” ou “coleção de flores escolhidas”, podendo também ser traduzida como “florilégio”. No caso, refere-se à “coleção de textos em prosa e/ou em verso, ger. de autores consagrados, organizada segundo tema, época, autoria etc.”. Expressão sinônima é, ainda, “seleta”, entendida como “conjunto de trechos literários selecionados.” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 774 *apud* ALVES, 2005, p. 22).

⁹ Os currículos universitários eram aqueles que formavam o professor para atuar na escola, no estilo da relação universidade-escola europeia.

¹⁰ Art. 23. Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei. (BRASIL, 1938).